

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Exame On Line

MP pede que delação de Delcídio seja incluída na Zelotes

22/03/2016

Brasília - O procurador da República Frederico de Carvalho Paiva disse hoje (22) que já recorreu ao Poder judiciário solicitando que informações obtidas por meio da delação premiada do senador Delcídio Amaral (sem partido-MS) sejam incluídas nas investigações da Operação Zelotes .

Paiva é responsável pela condução de uma das linhas de investigação neste caso.

"Em relação a Delcídio, solicitei ao Judiciário compartilhamento da delação dele, mas o pedido ainda não foi apreciado. Acredito que a proximidade de Mauro Marcondes, da Marcondes e Mautoni Empreendimentos e Diplomacia Corporativa (M&M), com autoridades e ex-autoridades [do governo] traz indícios de que poderão ser aproveitados pela Zelotes", afirmou o procurador durante audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CPI do Carf).

Segundo ele, não foi possível, até o momento, comprovar qualquer envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, ou da ex-secretária executiva da Casa Civil , Erenice Guerra, no esquema de favorecimento de empresas investigadas.

Ele também disse que ainda não encontrou provas do envolvimento da LFT Marketing Esportivo, empresa do filho do ex-presidente Lula, Luis Claudio Lula da Silva, em irregularidades, apesar de não ter "identificado qual foi o serviço prestado" por ele à empresa de Mauro Marcondes, que é uma das investigadas no caso.

O procurador acrescentou que não foi possível apontar comprovar qualquer interferência de Gilberto Carvalho nem o recebimento, por parte dele, de recursos com o objetivo de facilitar a tramitação de medidas provisórias.

"Não conseguimos apontar nenhuma interferência concreta do Gilberto Carvalho ou que, em algum momento, ele tenha recebido recursos. Mas havia encontros dele com Marcondes e alguns indícios de proximidade", destacou Frederico Paiva.

O procurador disse estranhar a facilidade de Marcondes para conseguir encontros com o secretário da Presidência. "Acredito que não era fácil ter acesso à Presidência da República, mas o Marcondes, conforme alguns telefonemas, relatava esses encontros."

"Mas não há registro de nenhum pagamento [direto] feito por ele a ninguém da Presidência", completou o procurador.

No caso de Erenice Guerra, Paiva disse que ela "não é o ponto principal de investigação", apesar de ela ter frequentado, segundo testemunhas , uma residência que servia de escritório de lobistas sob investigação.

Pesa também contra Erenice suspeitas pelo fato de ela ter enviado, por email, o currículo do ex-conselheiro do Carf José Ricardo da Silva - acusado de pagar uma porcentagem a parlamentares que indicavam seus serviços a outros colegas - a Odacir Carvalho, que é irmão de Erenice.

De acordo com o procurador, Odacir e José Ricardo eram "colegas". Ainda segundo o procurador, Erenice teria celebrado contratos com José Ricardo da Silva, após deixar a Casa Civil.

Sobre as suspeitas envolvendo a empresa de Mauro Marcondes (M&M) e a LFT Marketing Esportivo, empresa de Luis Claudio Lula da Silva, Paiva adiantou que a Zelotes investiga se houve participação dessas empresas em um esquema irregular, uma vez que até o momento não foi possível "precisar" qual serviço foi prestado pela LFT para receber R\$2,5 milhões da M&M.

Julgamentos

Foi identificado o pagamento à LFT, mas não conseguimos identificar a origem desses pagamentos, embora tenha sido apresentado um contrato genérico de prestação de serviços. Não conseguimos identificar o serviço prestado. Como a resposta não esclareceu, não chegamos ainda a nenhuma conclusão sobre esse caso específico."

O procurador lembrou que a Operação Zelotes teve, em sua origem, foco na manipulação de julgamentos do **Carf**, mas, ao longo do caso, surgiram suspeitas de vendas de medidas provisórias (MPs), o que acabou por dividir as atenções para o caso.

"Atualmente tentamos finalizar a análise de documentos e provas em relação a julgamentos colocados sob suspeitas. O que queremos é finalizar o objetivo inicial, que era tão somente analisar os julgamentos no **Carf**, sem nenhuma relação com atividade parlamentar."

"Mas há indícios para [posterior] abertura de outros inquéritos para investigar tráfico de influencia na tramitação dessas medidas", concluiu o procurador

Agência Câmara

Procurador afirma que irregularidades no **Carf começaram em governos anteriores**

22/03/2016

O procurador da República Frederico Paiva, responsável pelas investigações da Operação Zelotes no Ministério Público, disse, em depoimento à CPI do **Carf**, que o esquema de corrupção no órgão é anterior ao governo do PT.

Ele disse isso ao responder pergunta do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), líder do PT na CPI e presidente de uma subcomissão criada no ano passado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara para acompanhar as investigações. Pimenta criticou a legislação que rege o funcionamento do órgão, encarregado, no Ministério da Fazenda, de julgar recursos de empresas autuadas pela Receita Federal.

O deputado citou como exemplo as suspeitas que recaem sobre os lobistas Edson Rodrigues e Eivany Silva - este pai de um dos principais acusados de corrupção no **Carf**, o advogado José Ricardo da Silva. A SGR Consultoria, de José Ricardo e de Eivany, recebeu cerca de R\$ 5 milhões pela prestação de serviços à Mitsubishi no Brasil, que depois conseguiu reduzir um débito de R\$ 266 milhões para menos de R\$ 1 milhão em um julgamento no **Carf**, de acordo com as investigações.

Edson Rodrigues foi presidente do **Carf** no início dos anos 90 e Eivany Silva é ex-funcionário da Receita. Os dois foram investigados pela Operação Anfíbio, da Polícia Federal. "Essa máfia é maior que os governos. Não é culpa dos governos A ou B. O Eivany, pai do José Ricardo, criou uma consultoria em 1990, não foi no nosso governo. Ele e o Edson. A filha do Edson virou conselheira do **Carf** em 1993, recém-formada", disse Pimenta.

As suspeitas da PF recaem sobre conselheiros, ex-conselheiros, advogados e executivos de empresas devedoras, entre as quais grandes grupos empresariais que teriam manipulado o julgamento dos recursos mediante o pagamento de

propina. O esquema, segundo a PF, pode ter provocado um prejuízo de quase R\$ 20 bilhões aos cofres públicos.

Paiva criticou a maneira como o Carf funcionava até o ano passado, quando foi deflagrada a Operação Zelotes, com possibilidades ilimitadas de recursos e permissão para que advogados exercessem a profissão e fossem nomeados conselheiros.

O procurador criticou também os empecilhos legais para a atuação do Ministério Público em casos de sonegação fiscal. Ele mencionou os efeitos da Súmula Vinculante 24, do Supremo Tribunal Federal (STF), que só permite ações por sonegação depois de exauridos todos os recursos na esfera administrativa. Isso significa que o MP não pode denunciar empresários por sonegação enquanto durarem os julgamentos no Carf ou até mesmo quando a empresa adere a programas de refinanciamento de dívidas, como o Refis.

"A cada quatro anos, o governo aprova um Refis, que permite que as empresas parem seus débitos. Muitas param de pagar o parcelamento e podem novamente aderir ao Refis. E o MP não pode denunciar grandes empresários por crime de sonegação fiscal", explicou o procurador.

Valores de consultoria de empresa de Palocci estão acima do mercado, diz procurador na CPI do Carf

22/03/2016

Em depoimento à CPI do Carf, o procurador da República Frederico Paiva, responsável pelas investigações da Operação Zelotes no Ministério Público, admitiu que existem suspeitas de tráfico de influência em relação à atuação de empresas de consultoria que receberam dinheiro de lobistas e de empresas acusadas de participar de esquema de pagamento de propina em troca de benefícios fiscais a empresas devedoras da Receita Federal.

Ele mencionou a empresa de consultoria Projeto, do ex-ministro da Casa Civil Antonio Palocci. A empresa recebeu R\$ 34,9 milhões entre 2007 e 2010 de cerca de 60 clientes diferentes, inclusive o grupo Ccoa, suspeito de envolvimento em esquema de propina investigado pela Operação Zelotes.

Ao responder pergunta do deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), Paiva disse que os valores recebidos pela consultoria do ex-ministro estão acima dos preços praticados no mercado e não existe comprovação a respeito dos serviços prestados. "Em poucos anos a Projeto Consultoria faturou mais de R\$ 30 milhões. Uma das empresas contratadas foi o grupo CAO, que tinha interesse na MP 471/09 [uma das medidas provisórias investigadas], o que causa suspeita. Os valores pagos em consultorias são extraordinários", disse. A suspeita, de acordo com o procurador, é de que houve tráfico de influência na aprovação de medidas provisórias, bem como nos julgamentos do Carf.

O mesmo em relação à ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra, que atuou como advogada em julgamentos do Carf, junto com um dos principais acusados de envolvimento no esquema, o advogado José Ricardo da Silva, ligado ao escritório Marcondes e Mautoni, também acusado de envolvimento em pagamento de propina em troca de aprovação de medidas provisórias. "Que eu saiba, nem a ex-ministra nem José Ricardo são advogados tributaristas, o que justifica a suspeita", disse o procurador.

Ele revelou que outro ex-ministro também investigado é Silas Rondeau, de Minas e Energia, que recebeu dinheiro do lobista Alexandre Paes dos Santos, indiciado pela CPI do Carf no Senado, no ano passado.

Segundo Paiva, o envolvimento do ex-ministro ainda está sendo investigado. A suspeita é de que ele tenha recebido recursos de uma empresa de

comercialização de energia constituída pelo lobista. "Essa empresa recebeu mais de R\$ 200 milhões e suspeitamos que a comercialização de energia elétrica tenha sido usada para justificar movimentações de recursos", disse o procurador.

Procurador admite que há investigações sobre ex-ministros Gilberto Carvalho e Erenice Guerra

22/03/2016

O procurador da República Frederico Paiva, responsável, no Ministério Público, pelas investigações da Operação Zelotes, admitiu, em depoimento, à CPI do Carf, que há investigações a respeito do envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, da ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra, bem como do filho do ex-presidente Lula, Luís Cláudio Lula da Silva, no esquema de favorecimento a empresas investigado pela PF e pelo Ministério Público.

Paiva deixou claro que as investigações ainda estão em curso e que não é possível ainda comprovar a participação dos investigados, todos relacionados ao escritório do escritório de advocacia Marcondes e Mautoni e ao advogado José Ricardo da Silva, já denunciados por corrupção ativa em compra de sentenças do Carf.

A Operação Zelotes, deflagrada há um ano pela Polícia Federal, investiga a existência de um esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda encarregado de julgar recursos de empresas autuadas pela Receita, e também no Congresso, com base em indícios de que teria havido pagamento de propina na aprovação de medidas provisórias que beneficiaram setores da economia com isenções fiscais.

Entre os suspeitos estão 24 pessoas, pelo menos 15 escritórios de advocacia e consultoria, além de grupos empresariais.

Medidas Provisórias

Em outubro do ano passado, ao investigar benefícios às empresas MMC, representante da Mitsubishi no Brasil, e Caoa, do setor automobilístico, a Polícia Federal passou a suspeitar de um esquema de "compra" de medidas provisórias.

Três empresas de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram alvo de mandados de busca e apreensão: LFT Marketing esportivo; Touchdown Promoção de Eventos Esportivos; e Silva Cassaro Corretora de Seguros.

A suspeita é de que a LFT teria recebido R\$ 1,5 milhão do escritório Marcondes e Mautoni, que, segundo a PF, atuou na aprovação da MP 471, que beneficiou o setor automotivo. O escritório de advocacia e o filho de Lula negam qualquer envolvimento no caso.

A MP 471/2009 estendeu a vigência de incentivo fiscal, que acabaria em dezembro de 2010, às montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Outras duas MPs também estão sob investigação. Uma delas é a MP 512/2010, que concedeu às fábricas de veículos, carrocerias, peças e pneus crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como forma de ressarcir o pagamento de outras contribuições. O benefício vale para empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Outra é a MP 627/2013, que extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT) e passou a tributar todo o lucro apurado de empresas coligadas e controladas de multinacionais brasileiras no exterior.

Ao responder pergunta do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), o procurador disse que há provas de várias reuniões entre Mautoni e Gilberto Carvalho.

Ao responder pergunta do deputado Rubens Bueno (PPS-PR), Paiva disse que ainda não há justificativas para os pagamentos recebidos pela empresa do filho de Lula. "Não conseguimos identificar quais serviços foram efetivamente prestados por Luís Claudio e que justificaram os pagamentos", disse.

Já Erenice Guerra, segundo ele, era frequentadora de uma casa na QL 14 do Lago Sul, que seria usada como escritório do lobby no **Carf** pelo advogado José Ricardo da Silva, parceiro de Mauro Marcondes, sócio do escritório Marcondes e Mautoni.

"Essa ação penal envolve contratos da Mitsubishi, que repassou durante quatro ou cinco anos mais de R\$ 70 milhões a Mauro Marcondes. Erenice Guerra, quando saiu da Casa Civil, atuou junto com José Ricardo em ações no **Carf**. Ela também tinha amizade com outro personagem importante, o lobista Alexandre Paes do Santos", disse.

"E o envolvimento do ex-presidente Lula?", perguntou Bueno. "O Ministério Público não investiga pessoas, investiga fatos. Isso ainda faz parte da investigação", respondeu o procurador.